

HABEAS CORPUS Nº 543.434 - SP (2019/0330606-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
IMPETRANTE : ALBERTO DE LIMA VEIGA
ADVOGADO : ALBERTO DE LIMA VEIGA - SP186816
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M C R
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. DÍVIDA ALIMENTAR. *WRIT* IMPETRADO COMO SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PAGAMENTO PARCIAL DO DÉBITO ALIMENTAR. ANÁLISE DA CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ARCAR COM OS ALIMENTOS. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. PRISÃO DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. O Superior Tribunal de Justiça, na esteira da nova jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal a partir do julgamento do HC n.º 109.956/PR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe de 11/9/2012, orientou-se no sentido de não conhecer de *habeas corpus* impetrado como substitutivo de recurso ordinário.

2. Dada a magnitude da garantia constitucional do *habeas corpus*, a existência de vício formal na impetração não dispensa o julgador de analisar a possibilidade de concessão da ordem de ofício, na hipótese de flagrante ilegalidade ou abuso de poder.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura constrangimento ilegal a prisão civil de devedor de alimentos, em execução proposta pelo rito do art. 733 do CPC/1973 (arts. 528 e 911 do CPC/2015), visando ao recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das que se vencerem posteriormente (Súmula n. 309/STJ).

4. Esta Corte Superior possui entendimento segundo o qual o pagamento parcial do débito alimentar não é apto a afastar a regularidade do decreto prisional.

5. O *habeas corpus*, possuindo cognição sumária, é infenso à dilação probatória, tampouco admite aprofundada análise de provas e fatos controvertidos, situação que impede a análise da capacidade financeira do paciente, bem como a necessidade de percepção de alimentos de filho que já atingiu a maioridade.

6. Ordem de *habeas corpus* denegada.

DECISÃO

1. Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de M.C.R., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Agravo de Instrumento - Execução de prestação alimentícia - Decreto prisional - Admissibilidade - Justificativa apresentada que não se mostra apta a afastá-lo - Ato que obedeceu aos comandos legais - Agravo não provido. (fl. 117)

O impetrante aduz, em síntese, que pretende obter ordem de *habeas corpus*, em virtude da expedição de mandado de prisão pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, Comarca de São Paulo, nos autos de ação de execução de alimentos, em que é executado por não conseguir pagar a integralidade da verba alimentícia ao filho maior de idade, que totaliza quase R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Informa que o paciente se encontra há muito tempo desempregado, exercendo trabalhos informais e depositando alguns pagamentos a título de pensão alimentícia na conta-corrente da ex-mulher.

Registra que juntou 13 (treze) comprovantes de pagamentos efetuados, que não foram sequer apreciados pelas instâncias ordinárias, tendo realizado, portanto, o adimplemento parcial da dívida.

Aponta que o valor cobrado em sede de execução de alimentos desqualifica totalmente o caráter alimentar da prestação pecuniária, muito embora reconheça ser o valor próximo ao efetivamente devido.

Consigna que o STJ já pacificou o entendimento no sentido de que é considerada medida de coação extrema a exigência de pagamento integral da dívida alimentar, sob pena de prisão civil, nos casos em que o credor é pessoa maior e capaz, e a dívida se acumula por longo período, alcançando vultosos valores.

Acrescenta que somente as pensões relativas aos 3 (três) últimos meses devidos é que realmente guardam o caráter alimentar de emergência e sobrevivência.

Pretende a conversão do decreto prisional determinado na ação de execução de alimentos, fundamentado no art. 528, § 3º, do CPC, para o comando do § 8º do mesmo dispositivo legal, sob o rito da penhora de bens e valores do paciente, para as prestações alimentícias que superarem as três últimas parcelas vencidas.

Requer, por fim, a concessão da ordem de *habeas corpus*, para suspender os efeitos da decisão que decretou a prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Liminar indeferida às fls. 304-319.

Informações prestadas às fls. 323-324.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 361-367, pugnando pelo não conhecimento do *habeas corpus*, consoante os termos da ementa abaixo transcrita:

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DIREITO DE FAMÍLIA. PRISÃO CIVIL. INADIMPLENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE ATUALIDADE OU URGÊNCIA QUE JUSTIFIQUEM O DECRETO PRISIONAL. DÍVIDA QUE CONSTITUI DÉBITO EM ATRASO E NÃO DÍVIDA PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DO RITO DO ARTIGO 528 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ.

- Parecer pelo **não conhecimento** do *habeas corpus*. (fl. 361) [grifo constante no original]

Em petição às fls. 371-374, o impetrante informa que o alimentando foi residir na Irlanda sem regularizar a representação processual nos autos do processo de primeira instância, concernente à execução de alimentos.

É o relatório. Decido.

2. Inicialmente, impende consignar que o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento no sentido de que não se admite a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, ressalvados casos excepcionais, em que configurada flagrante ilegalidade, apta a gerar constrangimento ilegal, com a possibilidade de concessão da ordem de ofício.

Nesse sentido:

PENAL. **HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. RECEPÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. REINCIDÊNCIA EM CRIME DOLOSO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS (ART. 44, INC. II, CP). WRIT NÃO CONHECIDO.**

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena se não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e caso se trate de flagrante ilegalidade. Vale dizer, o entendimento deste Tribunal firmou-se no sentido de que a "dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante

desproporcionalidade" (HC n. 400.119/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/8/2017).

III - Para se conceder a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, faz-se necessário que o réu preencha os requisitos objetivos e subjetivos, o que não se verifica na hipótese dos autos.

IV - A presença de reincidência, reconhecido na condenação, não autoriza a substituição de pena privativa de liberdade por outra restritiva de direitos, em virtude do não preenchimento de requisito subjetivo previsto no art. 44, inciso II, do Código Penal.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 523.985/RJ, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019) [g.n.]

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PENA-BASE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. EXASPERAÇÃO MOTIVADA PELA EXPRESSIVA QUANTIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. NÃO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO COM BASE EM CIRCUNSTÂNCIAS QUE DENOTAM DEDICAÇÃO HABITUAL À TRAFICÂNCIA, INCLUSIVE A QUANTIDADE DE ENTORPECENTES. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. REGIME INICIAL FECHADO. PENA SUPERIOR A 4 E QUE NÃO EXCEDE 8 ANOS DE RECLUSÃO. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS, SOPEADA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Não ocorre bis in idem quando o julgador fixa a pena-base acima do mínimo legal em razão da quantidade das drogas apreendidas e afasta o redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em razão da dedicação do agente a atividades criminosas, evidenciada pelas circunstâncias que envolveram a prática delitiva, com destaque para a quantidade expressiva de entorpecentes apreendidos.

3. Hipótese em que a quantidade da droga apreendida, apesar de embasar a exasperação da pena-base, não foi utilizada para definir o patamar da fração redutora, mas sim como um dos elementos de convicção para concluir que o paciente traficava com habitualidade e, consequentemente, não preenche um dos requisitos previstos no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, qual seja, não se dedicar a atividades criminosas.

4. O STF, ao julgar o HC n. 111.840/ES, assentou que inexistente a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, determinando, também nesses casos, a

observância do disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

5. A valoração negativa da quantidade de entorpecentes constitui fator suficiente para a determinação de regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade mais gravoso. Precedentes.

6. No caso, embora o paciente seja primário, condenado a pena privativa de liberdade superior a 4 e que não excede 8 anos de reclusão, as circunstâncias do crime - expressiva quantidade de entorpecentes apreendidos -, sopesadas na primeira fase da dosimetria, mostram-se idôneas e suficientes para o recrudesimento do regime prisional, a teor do disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 524.429/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019) [g.n.]

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO OBJETIVO CUMPRIDO. ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. DETERMINAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. LONGA PENA A CUMPRIR E GRAVIDADE ABSTRATA. FUNDAMENTOS INIDÔNEOS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

II - Embora ainda seja possível a determinação da realização de exame criminológico, para constatar a presença do requisito subjetivo à progressão de regime, deve se dar sob fundamentação concreta, principalmente amparada em elementos extraídos da atual execução penal.

III - In casu, as instâncias ordinárias condicionaram a progressão de regime à realização de exame criminológico, todavia, determinada sob fundamentos inidôneos: longa pena a cumprir e gravidade abstrata dos crimes cometidos.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar as decisões a quo e determinar que o d. Juízo da Execução proceda à nova apreciação do pedido de progressão de regime, respeitados os termos do presente julgado. Recomenda-se celeridade.

(HC 510.620/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019) [g.n.]

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (118 PINOS DE COCAÍNA). WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE CABIMENTO. SENTENÇA.

MINORANTE PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO DE QUE O ORA AGRAVANTE NÃO SERIA TRAFICANTE OCASIONAL, MAS PROFISSIONAL DO TRÁFICO. CONCLUSÃO INVERSA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. REGIME FECHADO FUNDAMENTADO NAS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CRIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

1. Deve ser mantida a decisão monocrática que indefere liminarmente o writ, substitutivo de recurso especial, quando não evidenciado constrangimento ilegal manifesto à liberdade de locomoção do paciente.

2. No caso, o privilégio não foi aplicado em razão das peculiaridades do caso concreto, que fizeram crer que o ora agravante agia de forma profissional no tráfico. A alteração de tal conclusão, portanto, demandaria reexame de provas, inviável na via estreita do writ.

3. Em relação à fixação do regime inicial fechado de cumprimento da pena, embora sucinta, a decisão logrou demonstrar elemento concreto justificador da fixação do regime mais rigoroso.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 491.290/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 05/04/2019) [g.n.]

PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO § 4º DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS. RÉU REINCIDENTE. NÃO APLICAÇÃO. ENVOLVIMENTO DE MENOR NA PRÁTICA DELITIVA. CIRCUNSTÂNCIA UTILIZADA PARA CONFIGURAR O DELITO DO ART. 35 E MAJORAR A PENA PELO ART. 40, VI, AMBOS DA LEI N. 11.343/2006. *BIS IN IDEM*. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem de ofício.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC 391.985/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017) [g.n.]

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DA ORDEM. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF E DO STJ. PRISÃO POR DÉBITO ALIMENTAR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

(HC 299.944/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 12/08/2015) [g.n.]

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO DO *WRIT*. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FURTO TENTADO DE 02 (DUAS) GARRAFAS DE BEBIDA ALCOÓLICA, AVALIADAS EM R\$ 37,00 (TRINTA E SETE REAIS). REITERAÇÃO DELITUOSA DO PACIENTE EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO PELO DELITO DE ROUBO. NÃO OCORRÊNCIA DE REDUZIDÍSSIMO GRAU DE REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO DO PACIENTE. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE, A ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM, DE OFÍCIO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I. Dispõe o art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal que será concedido *habeas corpus* "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder", não cabendo a sua utilização como substituto de recurso ordinário, tampouco de recurso especial, nem como sucedâneo da revisão criminal.

II. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, ao julgar, recentemente, os HCs 109.956/PR (DJe de 11/09/2012) e 104.045/RJ (DJe de 06/09/2012), considerou inadequado o *writ*, para substituir recurso ordinário constitucional, em *Habeas corpus* julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, reafirmando que o remédio constitucional não pode ser utilizado, indistintamente, sob pena de banalizar o seu precípuo objetivo e desordenar a lógica recursal.

III. O Superior Tribunal de Justiça também tem reforçado a necessidade de cumprir as regras do sistema recursal vigente, sob pena de torná-lo inócuo e desnecessário (art. 105, II, a, e III, da CF/88), considerando o âmbito restrito do *habeas corpus*, previsto constitucionalmente, no que diz respeito ao STJ, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, nas hipóteses do art. 105, I, c, e II, a, da Carta Magna.

IV. Nada impede, contudo, que, na hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recursos especial e ordinário ou de revisão criminal que não merece conhecimento, seja concedido *habeas corpus*, de ofício, em caso de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou decisão teratológica.

[...]

XII. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC 256.051/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 11/03/2014) [g.n.]

Entretanto, conforme salientado nos precedentes em epígrafe, dada a

magnitude da garantia constitucional do *habeas corpus*, a existência de vício formal na impetração não dispensa o julgador de analisar a possibilidade de concessão da ordem de ofício, na hipótese de flagrante ilegalidade ou abuso de poder.

Nesse diapasão, faz-se mister analisar os argumentos engendrados no presente *writ*, com o desiderato de verificar a ocorrência de ilegalidade, apta a ser sanada pelo remédio heroico.

3. A princípio, registra-se que o *habeas corpus* é instrumento de previsão constitucional vocacionado à tutela da liberdade de locomoção, de utilização excepcional, orientado para o enfrentamento das hipóteses em que se vislumbra manifesta ilegalidade ou abuso nas decisões judiciais.

Nessa exata linha, é o entendimento da Suprema Corte, segundo o qual o *habeas corpus* "visa proteger a liberdade de locomoção, liberdade de ir, vir e ficar por ilegalidade ou abuso de poder, não podendo ser utilizado para a proteção de direitos outros" (HC 82880 AgR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 23/04/2003, DJ 16-05-2003 PP-00092)

"A exclusividade de proteção da liberdade de locomoção pelo *habeas corpus* se deve pela grande relevância do aludido bem jurídico no convívio social dentro de um Estado Democrático de Direito, razão pela qual o remédio constitucional em apreço, na regulamentação que lhe foi dada pelo legislador ordinário, é dotado de rito célere e sumário, com o intuito de que, caso verificada a ilegalidade ou abusividade do ato tido como coator, o direito de liberdade reclamado seja restituído ao indivíduo com a maior brevidade possível, minimizando-se as consequências nefastas da sua restrição indevida". (HC n. 383.225/MG, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 12/05/2017)

Confira-se o dispositivo constitucional que alberga o instituto:

Art. 5º.

(...)

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua **liberdade de locomoção**, por ilegalidade ou abuso de poder;

E, no art. 648 do Código de Processo Penal, encontra-se a delimitação das hipóteses que, em tese, configuram coação ilegal, entre as quais, destaca-se a seguinte:

Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:

I – quando não houver justa causa.

De acordo com Aury Lopes Junior, "a coação é ilegal, quando não possui um suporte jurídico legitimante, quando não tem um motivo, um amparo legal". (*Direito processual penal*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012).

4. No presente caso, o Juízo da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, Comarca de São Paulo, nos autos da ação de execução de alimentos nº 1011477-21.2015.8.26.0020, expediu decreto de prisão, sob os seguintes fundamentos: a) "em que pesem as manifestações do executado no sentido de que do cálculo apresentado pela parte exequente não foram excluídos alguns pagamentos realizados, fato é

que intimado à solvência, reconheceu ele a existência do crédito alimentar e limitou-se a apresentar alguns comprovantes de pagamentos realizados, insuficientes para saldar o débito aqui discutido, sem se posicionar com relação ao pagamento do valor que entende devido ou ainda apresentar proposta de seu pagamento, mesmo que de forma parcelada." (fl. 38); e b) "ademais, deixou ele de cumprir acordo para pagamento parcelado do crédito alimentar." (fls. 38-39)

Contra a referida decisão, o paciente interpôs agravo de instrumento, tendo o TJSP negado provimento ao recurso, conforme transcrição, abaixo, de parte do voto:

Depreende-se da leitura de todo o processado que a execução de alimentos foi proposta no longínquo ano de 2015, quando o débito de R\$2.289,92, dizia respeito apenas às três últimas parcelas vencidas junho, julho e agosto de 2015.

No entanto, o tempo passou, o agravante entabulou acordo que não cumpriu e a dívida, em consequência, cresceu.

Não há notícia de que tenha tomado providências para diminuir o valor da pensão ao longo desses quatro anos, de modo que suas alegações com vistas a alterar o rito da execução proposta são completamente descabidas.

Saliente-se que não se há de invocar a Súmula nº 309 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, porquanto as prestações vencidas no curso do processo não foram pagas e, em consequência, a prisão civil do executado se reveste de legalidade, não se podendo, pois, falar em dívida antiga.

[...]

Verifica-se que a justificativa apresentada pelo agravante limita-se a sustentar que não tem condições de pagar a dívida que atualmente perfaz quase R\$50.000,00.

Se desejasse a modificação do quantum fixado a título de alimentos, ou mesmo sua exoneração, poderia o ora recorrente ter ajuizado a ação apropriada e não o fez.

Ora, diante disso, a coerção se reveste de legalidade. (fls. 119-120)

Nota-se que o entendimento esposado pelo TJSP é consentâneo com os precedentes da lavra desta Corte Superior.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura constrangimento ilegal a prisão civil de devedor de alimentos, em execução proposta pelo rito do art. 733 do CPC/1973 (arts. 528 e 911 do CPC/2015), visando ao recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das que vencerem posteriormente (Súmula n. 309/STJ).

Consoante se infere na análise dos autos, não há ilegalidade na ordem de prisão em mote, máxime porque fulcrada nas prestações vencidas e não pagas no curso do processo de execução de alimentos.

No ponto, como salientado alhures, o *habeas corpus* é remédio vocacionado à tutela da liberdade de locomoção, com previsão constitucional, sendo de utilização excepcional, em hipóteses de manifesta ilegalidade ou abuso no decreto prisional.

O art. 5º, LXVII, da Carta da República estabelece que "não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia...".

De fato, percebe-se claramente que o escopo da norma foi proibir a prisão civil por dívida, admitindo-a, tão somente, se presentes as exceções ressalvadas pela Carta Magna, como sói acontecer com a dívida voluntária e indesculpável de alimentos.

Em outras palavras, o legislador constituinte, no conflito entre os valores "vida", "dignidade da pessoa humana", "integridade física" e "assistência familiar" do alimentando e "liberdade" do alimentante, deu preponderância aos primeiros, ou seja, "o nosso legislador constitucional, entre a sobrevivência e a liberdade individual, curialmente, deu preferência àquele" (GOMES, Luiz Flávio. *Prisão civil por dívida alimentar*. Revista dos Tribunais. RT 582/9, abr/1984).

Dessarte, buscando conferir efetividade à tutela jurisdicional, foi instituído, por força do art. 19 da Lei n. 5.478/1968 e do art. 733 do CPC/1973, meio executório de coerção pessoal, com a possibilidade de restrição à liberdade individual do devedor de alimentos, de caráter excepcional.

Ressalta-se que o novo CPC manteve, com alguns avanços e peculiaridades, a possibilidade de prisão do devedor de alimentos "pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses", caso não pague ou não venha a ter a sua justificativa aceita, além de ter o seu nome protestado (art. 528, § 3º, do CPC), determinando, ainda, que "o cumprimento da pena não exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas" (§ 5º).

5. Ademais, ao contrário do registrado no presente *writ*, os pagamentos parciais foram analisados pelo juízo de piso, tendo a decisão de fls. 38-39 apontado taxativamente que a apresentação de alguns comprovantes de pagamentos realizados não saldariam o débito discutido.

Nessa ordem de ideias, deve-se asserir que esta Corte Superior possui entendimento segundo o qual o pagamento parcial do débito alimentar não é apto a afastar a regularidade do decreto prisional.

À guisa de exemplo:

CIVIL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLEMENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.
[...]

5. Há orientação pacificada no STJ de que o não pagamento integral das prestações alimentares devida autoriza a prisão civil do devedor de alimentos.

6. Ordem denegada.

(HC 333.214/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015) [g.n.]

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO - PRISÃO CIVIL - DEVEDOR DE ALIMENTOS - WRIT DENEGADO PELA CORTE LOCAL. REEDIÇÃO DA AÇÃO CONSTITUCIONAL PELO DEVEDOR.

[...]

3. O pagamento parcial do débito não afasta a regularidade da prisão civil, porquanto as quantias inadimplidas caracterizam-se como débito atual, nos exatos termos da aludida súmula.

4. A análise aprofundada acerca da alteração da situação econômica do devedor demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é descabido em se tratando da via estreita do habeas corpus.

5. Habeas Corpus substitutivo de recurso ordinário conhecido, denegando-se a ordem.

(HC 252.243/PR, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 04/04/2013) [g.n.]

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. ADIMPLEMENTO PARCIAL DO DÉBITO. ENUNCIADO N. 309 DA SÚMULA DO STJ.

1. O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos (RHC 26.132/RJ, relator Ministro Vasco Della Giustina; RHC 24.236/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi; RHC 2.3364/MG, relator Ministro João Otávio Noronha).

2. Ordem denegada.

(HC 212.327/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 21/10/2011) [g.n.]

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. *HABEAS CORPUS*. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA.

- É cabível a prisão civil do alimentante inadimplente em ação de execução contra si proposta, quando se visa ao recebimento das últimas três parcelas devidas a título de pensão alimentícia, mais as que vencerem no curso do processo.

- O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do alimentante executado.

- Inviável a apreciação de provas na via estreita do HC.

- Ordem denegada.

(HC 220.768/RJ, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 16/04/2012) [g.n.]

HABEAS CORPUS. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. PAGAMENTO PARCIAL. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO.

1. O pagamento parcial do débito alimentar não afasta a

possibilidade de prisão civil do devedor.

2. O habeas corpus não constitui via idônea para albergar contendas acerca da desoneração ou redução da obrigação alimentar, questões cujo debate deve ser suscitado no juízo cível por meio de ação própria.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 102.342/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 08/06/2009) [g.n.]

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - PAGAMENTO PARCIAL DAS VERBAS ALIMENTARES ATUAIS - PRISÃO CIVIL - POSSIBILIDADE - APLICABILIDADE DO ENUNCIADO N. 309/STJ - AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DO DEVEDOR E DA NECESSIDADE DO ALIMENTANDO - MATÉRIA DE PROVA - IMPOSSIBILIDADE NA ESTREITA VIA COGNITIVA DO WRIT - PENDÊNCIA DE AÇÃO REVISIONAL - CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO BASEADA NO ART. 733, CPC - NECESSIDADE - ORDEM DENEGADA.

(HC 111.203/GO, Rel. Ministro **MASSAMI UYEDA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 05/12/2008) [g.n.]

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - PAGAMENTO PARCIAL - INTIMAÇÃO DETERMINANDO A COMPLEMENTAÇÃO, SOB PENA DE PRISÃO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

[...]

2 - Ademais, consoante entendimento desta Corte, o pagamento parcial dos alimentos não elide o decreto prisional. (Precedente: HC 22.988/PR, Rel. Ministro **SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**, DJU de 19/11/2002).

3 - Recurso desprovido.

(RHC 16.996/RS, Rel. Ministro **JORGE SCARTEZZINI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 536) [g.n.]

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. PAGAMENTO PARCIAL DO DÉBITO. FATOS CONTROVERTIDOS.

Afigura-se perfeitamente cabível a ordem de prisão civil quando o pagamento do débito alimentício não alcança as prestações que venceram ao longo da ação de execução, limitando-se às três últimas vencidas antes do ajuizamento da ação.

Fatos controvertidos que ensejam dilação probatória não comportam acolhida em sede de habeas corpus.

Ordem denegada.

(HC 40.441/SP, Rel. Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 01/07/2005, p. 537) [g.n.]

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. PAGAMENTO PARCIAL. DESPESAS ESCOLARES. IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE.

I - O devedor de alimentos, para livrar-se da prisão civil, deve pagar as três últimas prestações vencidas, em sua totalidade, e não apenas parcialmente. No caso, embora pagas as três últimas parcelas devidas a título de alimentos, as mensalidades escolares, incluídas na prestação alimentícia, encontram-se atrasadas.

II - Não cabe examinar, em habeas corpus, aspectos probatórios, como a falta de condições financeiras para o cumprimento de obrigação alimentícia.

(HC 22.988/PR, Rel. Ministro **SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2002, DJ 19/12/2002, p. 365) [g.n.]

Aliás, esse também é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. PAGAMENTO PARCIAL. MATÉRIA DE PROVA. Muito embora o paciente tenha realizado o pagamento das pensões reclamadas, a decretação da nova prisão teve por base a não comprovação do pagamento das mensalidades escolares. A verificação da quitação do débito é matéria de prova que não respalda a utilização do remédio heróico. Habeas corpus indeferido.

(HC 82780, Relator(a): Min. **NELSON JOBIM**, Segunda Turma, julgado em 16/03/2004, DJ 02-04-2004 PP-00027 EMENT VOL-02146-04 PP-00740) [g.n.]

Naquela oportunidade, conforme se observa, o STF decretou a prisão do devedor que estava em débito apenas com relação as mensalidades escolares do alimentando, apesar de estar em dia com as demais parcelas da obrigação alimentar, *verbis*:

O *HABEAS* tem como objetivo a revogação da prisão civil do PACIENTE, em razão de débito alimentar.

Era devedor das pensões dos meses de março a agosto/01, das mensalidades escolares do ano de 2001 e matrícula de 2002 (fls. 27/31).

Todavia, o juízo exequente limitou o débito aos meses de junho, julho e agosto/01, referente às três últimas parcelas vencidas, além das mensalidades escolares do ano de 2001 e matrícula de 2002, a ser executado nos termos do art. 733 do CPC (fls. 42).

É que no acordo entabulado entre o PACIENTE e a genitora da exequente, nos autos dos processos de alimentos e regulamentação de visitas, aquele ficou obrigado a arcar com os alimentos no importe de 1 salário mínimo, bem como com as despesas de médico, dentista, hospitais e educação (fls. 37).

A impetrante trouxe aos autos comprovantes de depósitos efetuados pelo PACIENTE nos dias 30/10/2001 (fls. 53) e 22/11/2001 (fls. 55 e 57).

Comprovou o pagamento das pensões dos meses de junho a outubro de 2001, das mensalidades escolares do ano de 2001 e da matrícula de 2002 (fls. 56).

Todavia, em 19 de março de 2002, foi decretada novamente a prisão do PACIENTE, sob alegação de que o mesmo não comprovou o pagamento das mensalidades escolares pendentes até aquela data (fls. 66).

Pelas informações prestadas pelo juízo da 3ª Vara de Família da Comarca de Curitiba, remanesce a dívida escolar desde 01/01/2002 (fls. 114).

Assim, as alegações apresentadas pela impetrante na inicial não mais se justificam, em razão do motivo da decretação da prisão.

Não mais se discute dívida passada.

O que fundamenta o novo decreto de prisão são as mensalidades escolares vencidas durante a marcha do processo, às quais o PACIENTE também estava obrigado.

Ademais, da forma como está instruído o presente HABEAS, não é possível a verificação da quitação dos débitos, a ensejar a liberação do PACIENTE.

Neste ponto, bem fundamentou a Subprocuradora-Geral da República:

" 11. Assim, não há ilegalidade na decretação da prisão. **O paciente não apresentou justificativas plausíveis para não efetuar o pagamento da pensão em atraso, havendo atraso na mensalidade, podendo, inclusive a menor, já ter perdido a matrícula na escola.** Ademais, não cabe examinar, em habeas corpus, aspectos probatórios, como a falta de condições financeiras para o cumprimento de prestação alimentícia.

[...]

Conheço do HABEAS e o indefiro. [g.n.]

6. Registra-se, ainda, que o montante da dívida não torna ilegal, por si só, a prisão civil do devedor de alimentos, desde que seja referente a alimentos devidos três meses antes do ajuizamento da ação, somados àqueles vencidos posteriormente.

Isso porque, consoante salientado outrora, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não configura constrangimento ilegal a prisão civil de devedor de alimentos, em ação de execução proposta pelo rito do art. 733 do CPC, visando ao recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das que vencerem posteriormente.

Portanto, ainda que a ação tenha se alongado no tempo, a execução continua a se referir àquelas parcelas que à época do ajuizamento eram atuais e às que foram vencendo, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado.

O impetrante assere que é considerada medida de coação extrema a exigência de pagamento integral da dívida alimentar, sob pena de prisão civil, nos casos em que o credor é pessoa maior e capaz.

Todavia, no *writ*, apenas há o relato de que o filho atingiu a maioridade, sem apontar a efetiva desnecessidade da percepção de alimentos, por exemplo, com a comprovação da independência financeira, de modo a configurar a prescindibilidade dos alimentos à subsistência do exequente, afastando, assim, a urgente necessidade que justificaria a adoção da medida coercitiva extrema da prisão civil do devedor.

Frise-se, também, que o remédio heroico não é o instrumento cabível para avaliar as reais condições do devedor de alimentos.

Deveras, "de limite augusto, a cognição judicial neste remédio jamais desce à

planície valorativa do *error in iudicando*, da injustiça do ato e da valoração da prova. Assim, 'por se tratar de questão controvertida, a capacidade ou incapacidade econômica de prestar alimentos' se mostra inviável na via estreita do *habeas corpus*" (Assis, Araken de. *Da execução de alimentos e prisão do devedor*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2011, fl. 203).

Ora, é sabido que o *habeas corpus*, possuindo cognição sumária, é infenso à dilação probatória, tampouco admite aprofundada análise de provas e fatos controvertidos, situação que impede a análise da capacidade financeira do paciente, bem como a necessidade de percepção de alimentos de filho que já atingiu a maioridade.

Nesse sentido, ainda:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS. RENOVAÇÃO DE DECRETO PRISIONAL. POSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. QUESTÃO DE FATO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESTREITA DO WRIT.

[...]

3. É assente na jurisprudência desta eg. Corte que não é o *habeas corpus* a via adequada para se discutir questões de fato relacionadas à capacidade financeira do executado.

4. Ordem denegada.

(HC 213.646/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 03/10/2011) [g.n.]

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. AFERIÇÃO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA.

1. É incompatível com a via do *habeas corpus* a aferição da real capacidade financeira do alimentante em prosseguir com o pagamento da pensão alimentícia, já que, por possuir cognição sumária, não comporta dilação probatória, tampouco admite aprofundada análise de fatos e provas controvertidos.

2. O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos (RHC 26.132/RJ, relator Ministro Vasco Della Giustina; RHC 24.236/RJ, relatora Ministra Nancy Andrichi; RHC 2.3364/MG, relator Ministro João Otávio Noronha).

3. Ordem denegada.

(HC 170.688/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) [g.n.]

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. ART. 733, § 1º, CPC. SÚMULA Nº 309/STJ. CAPACIDADE ECONÔMICA DO ALIMENTANTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA Nº 358/STJ.

1. A decretação da prisão do alimentante, nos termos do art. 733, § 1º, do CPC, revela-se cabível quando não adimplidas as três últimas prestações anteriores à propositura da execução de alimentos, bem como as parcelas

vincendas no curso do processo executório, nos termos da Súmula nº 309/STJ, sendo certo que o pagamento parcial do débito não elide a prisão civil do devedor.

2. O *habeas corpus*, que pressupõe direito demonstrável de plano, não é o instrumento processual adequado para aferir a dificuldade financeira do alimentante em arcar com o valor executado, pois demandaria o reexame aprofundado de provas.

3. A verificação da capacidade financeira do alimentante e a eventual desnecessidade dos alimentados diante da maioria alcançada demanda dilação probatória aprofundada (Súmula nº 358/STJ), análise incompatível com a via restrita do *habeas corpus*, que somente admite provas pré-constituídas.

4. Recurso ordinário não provido.

(RHC 32.088/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 23/04/2012) [g.n.]

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CONSTANTE NO MANDADO PRISIONAL A DESCONSIDERAR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE REVISOU O VALOR DA PRESTAÇÃO.

1. Não se presta o presente *writ* à análise de questões que dependam de dilação probatória, incluindo-se aí a verificação da capacidade financeira do alimentante.

[...]

4. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

(HC 224.769/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 17/02/2012) [g.n.]

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO SINGULAR. TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. SÚMULA 691 DO STF. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ANÁLISE DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL.

1. Não é cabível *habeas corpus* em face de decisão singular de membro do Tribunal de origem, passível de agravo interno. Aplicação analógica da Súmula 691 do STF. Precedentes.

2. O *habeas corpus* não é a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor e o eventual excesso do valor dos alimentos. Precedentes.

3. Ordem denegada.

(HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016) [g.n.]

CIVIL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE

DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLEMENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A via estreita do *habeas corpus* exige prova pré-constituída da ilegalidade afirmada e não comporta dilação probatória, de modo que não cabe ao STJ alterar a conclusão da instância ordinária, formada a partir dos exames dos elementos dos autos, de que não houve modificação do valor da verba alimentar. Inexistência de comprovação de plano do alegado excesso da execução.

2. A verificação da incapacidade financeira do executado e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam dilação probatória, não se mostrando o *writ* a via adequada para este mister. Precedentes.

[...]

6. Ordem denegada.

(HC 333.214/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015) [g.n.]

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ALEGADO EXCESSO NA EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO ASSUMIDA EM AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE O WRIT FUNCIONAR COMO AÇÃO REVISIONAL OU EXONERATÓRIA DE ALIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Se a alegada multa tida por excessiva havia sido convencionada na separação judicial que foi homologada judicialmente e se a execução foi amparada nesse título executivo, a insurgência quanto à aplicação da sanção deve ser discutida em ação de exoneração ou revisional de alimentos, não em *habeas corpus*, em que o campo de atuação é estreito e exige prova pré-constituída do direito alegado.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no RHC 49.987/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 25/11/2014) [g.n.]

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. INADIMPLÊNCIA DO DÉBITO ALIMENTAR. REDUÇÃO DO VALOR DA PRESTAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL. RETROATIVIDADE. ILIQUIDEZ DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. READEQUAÇÃO DA CONTA POR MERO CÁLCULO ARITMÉTICO. PRAZO DA SEGREGAÇÃO DENTRO DOS LIMITES LEGAIS. REDUÇÃO.

INADMISSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO *HABEAS CORPUS*. CUMPRIMENTO DA PRISÃO EM REGIME SEMIABERTO. EXCEÇÃO NÃO VERIFICADA NO CASO DOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (EREsp n. 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014).

2. Dependendo de mero cálculo aritmético a readequação do valor da execução, não há falar em iliquidez da execução processada sob o rito do art. 733 do CPC, tampouco ilegalidade do decreto de prisão civil.

3. Inexistindo ilegalidade na decretação da medida coercitiva por prazo que se situa dentro dos limites fixados na legislação de regência, sua redução pressupõe a reavaliação das circunstâncias específicas da execução, providência inadmissível na via estreita do *Habeas Corpus*.

4. Somente em hipóteses excepcionais, nas quais fique cabalmente demonstrada a fragilidade do estado de saúde do devedor de alimentos ou sua idade avançada é que o STJ autoriza o cumprimento da prisão civil em regime semiaberto, circunstâncias não verificadas no caso concreto.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC 40.309/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 16/12/2014) [g.n.]

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA EM REVISIONAL EXONERATÓRIA QUANTO ÀS FILHAS MAIORES. PENSÃO DEVIDA À EX-MULHER. MATÉRIA DE FATO COMPLEXA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

3. Não é o *habeas corpus* a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor dos alimentos e o eventual excesso do valor dos alimentos. Precedentes.

4. Recurso ordinário parcialmente provido

(RHC 31.922/PA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 24/05/2013) [g.n.]

Assim, continuando o impetrante devedor de pensão alimentícia, não se mostra ilegal a possibilidade de ocorrer a prisão civil.

Com efeito, é firme o entendimento do STJ no sentido de que a sede própria para examinar aspectos probatórios em torno da capacidade financeira do paciente é a ação de alimentos, em razão da convergência dos elementos fáticos necessários para a decisão

sobre a possibilidade de cumprir integral ou parcialmente a obrigação. Com efeito, na execução, é possível perscrutar se o descumprimento constitui ato involuntário e escusável (HC n. 3.258-6/MG, relator Ministro Vicente Cernicchiaro; e RHC n. 7.175/RJ, relator Ministro Vicente Leal).

Deve-se consignar, ainda, conforme já ponderei em outro precedente, que, na execução de alimentos, *"a proteção integral está intimamente ligada ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, pelo qual, no caso concreto, devem os aplicadores do direito buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para o menor. Trata-se de princípio constitucional estabelecido pelo art. 227 da CF, com previsão nos arts. 4º e 100, parágrafo único, II, da Lei n. 8.069/1990, no qual se determina a hermenêutica que deve guiar a interpretação do exegeta. O norte nessa seara deve buscar a máxima efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, especificamente criando condições que possibilitem, de maneira concreta, a obtenção dos alimentos para a sobrevivência"* (REsp 1.533.206/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 1º/2/2016).

Por fim, acrescenta-se que qualquer irregularidade na representação do exequente pode ser sanada nos próprios autos do processo de execução de alimentos, não tendo tal argumento o condão de alterar a posição do devedor, tampouco o decreto prisional.

Assim, em sede de cognição exauriente, não verifico manifesta ilegalidade a ensejar a concessão da ordem, haja vista a inexistência de constrangimento perpetrado contra o paciente.

7. Ante o exposto, denego a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator